

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ESCALA LOCAL E REGIONAL: A CARTOGRAFIA TEMÁTICA NO DISCURSO GEOGRÁFICO

PRECARIOUSNESS OF WORK AND SOLIDARITY PROJECTS IN LOCAL AND REGIONAL SCALE: A THEMATIC MAPPING IN GEOGRAPHIC DISCOURSE

Nildo Aparecido MELO¹

Resumo: A crise que recai sobre o mundo do trabalho deve ser entendida no contexto de um processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, com consequências sobre a organização do trabalho na produção e no redimensionamento do processo produtivo. A inserção do Brasil nesse conjunto de transformações reestruturantes é passiva e subordinada aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos, tendo como consequência a desestruturação do mercado de trabalho nacional, com a elevação das taxas de desemprego, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho. Em Presidente Prudente, também se observou um processo de desestruturação/precarização do trabalho, com a manutenção do desemprego elevado, a informalidade do trabalho, a alta rotatividade da mão-de-obra e a concentração de trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município. Nesse sentido, a análise dos projetos de economia solidária desenvolvidos na escala local e regional torna-se necessária para a compreensão dos impactos das políticas públicas de enfrentamento do desemprego e da precarização do mercado de trabalho, com as premissas da cartografia temática servindo de base para a investigação e para a denúncia das contradições do capitalismo em seu processo de reestruturação econômica e produtiva.

Palavras-chave: fordismo; trabalho; economia solidária; cartografia temática.

Resumen: La crisis que se cierne sobre el mundo del trabajo debe ser entendido en el contexto de un proceso de reestructuración del capitalismo contemporáneo, con consecuencias sobre la organización del trabajo en la producción y la ampliación del proceso de producción. La inserción de Brasil en este conjunto de transformaciones y reestructurative pasiva y subordinada a los intereses de las organizaciones internacionales y los países desarrollados, dando lugar a la interrupción del mercado de trabajo nacional, con el aumento del desempleo, la informalidad en el trabajo y el deterioro / condiciones de trabajo precarias y las relaciones. Presidente Prudente, también se observa un proceso de desorganización / empleo precario, con el mantenimiento de la elevada tasa de desempleo, trabajo informal, la alta rotación de mano de obra y la concentración de los trabajadores desempleados en las zonas del municipio. En este sentido, el análisis de los proyectos de economía solidaria desarrolladas a escala local y regional se hace necesaria para la comprensión de los impactos de las políticas públicas para hacer frente al desempleo y la precariedad del mercado laboral, con las premisas de la cartografía temática sirve como base para investigación y para denunciar las contradicciones del capitalismo en su proceso de reestructuración económica y productiva.

Palabras-Clave: fordismo; trabajo; economía solidaria; cartografia temática.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, doutorado.
E-mail - nildogeo@hotmail.com

Introdução

As transformações e a crise do mundo do trabalho neste início de século XXI devem ser entendidas no contexto da crise do fordismo do início da década de 1970 e do consequente processo de reestruturação do capitalismo desencadeado a partir daí, envolvendo elementos significativos do modelo de desenvolvimento e engendrando a desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho. As transformações estruturais do capitalismo são permeadas pelo processo de globalização/mundialização do capital, pela implementação de políticas neoliberais e pelo advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, assentada na automação da produção e nas tecnologias da informação, com consequências sobre a organização do trabalho na produção e no mundo do trabalho.

O Brasil se insere de forma passiva e subordinada nesse conjunto de transformações reestruturantes, articuladas aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos, através da adoção do receituário neoliberal na economia nacional, representada pela abertura comercial e financeira indiscriminada, pela estabilização monetária e pelas reformas estruturais, tendo como corolário a desestruturação do mercado de trabalho nacional, com a elevação das taxas de desemprego durante a década de 1990, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello e nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, mesmo com a recuperação do emprego formal sob o governo Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, permaneceram os problemas históricos do mercado de trabalho nacional.

Em Presidente Prudente, também se observou um processo de desestruturação/precarização do mercado de trabalho, com a criação de empregos formais dos últimos anos não sendo suficiente para dar cabo da crise do emprego formal da década de 1990, mantendo-se o desemprego elevado, a informalidade do trabalho, a alta rotatividade da mão-de-obra empregada e a concentração de trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município. A análise dos projetos de economia solidária desenvolvidos na escala local e regional torna-se necessária para a compreensão dos impactos das políticas públicas de enfrentamento do desemprego e da precarização do mercado de trabalho e para a confirmação de que tais políticas não contribuem para a ampla recuperação do emprego formal em Presidente Prudente e em municípios selecionados da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, a cartografia temática configura-se como instrumento fundamental para a análise e a elaboração do discurso crítico em torno das relações entre desemprego e precarização do trabalho e os Projetos de Economia Solidária, para além da cartografia voltada apenas para os interesses econômicos, políticos e ideológicos, mas uma cartografia geográfica crítica associada à denúncia das desigualdades sociais e das contradições do capitalismo em seu processo de reestruturação produtiva e financeira, com o consequente processo de precarização do trabalho neste início de século XXI.

Crise do trabalho e do emprego no Brasil

A inserção do Brasil no processo de reestruturação do capitalismo se dá de forma passiva e subordinada, representando uma ruptura com o padrão de crescimento econômico configurado a partir da década de 1920 em bases industriais e com o processo histórico de formalização das relações de trabalho iniciada na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas.

As transformações do modelo de desenvolvimento brasileiro ocorreram num contexto político-conjuntural de vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990, com o desencadeamento de um conjunto de medidas econômicas liberalizantes para dar conta da crise dos anos de 1980, permeadas pela adoção de um programa de liberação comercial, desregulação financeira e encolhimento do setor público (privatização, fechamento de empresas e demissão de funcionários públicos) “combinando com políticas econômicas recessivas, representando a destruição dos postos de trabalho, que contabilizou o corte de 2,2 milhões de postos regulares somente nos anos 1990/92 em todo o país” (POCHMANN, 1999, p. 88).

As políticas neoliberais implementadas no Governo Collor, por um lado, determinaram um cenário econômico nacional caracterizado pela recessão econômica, pelo crescente desemprego na indústria e pelo predomínio da racionalização predatória de custos nas empresas, notadamente através da redução de custos com a mão-de-obra empregada. Por outro lado, nesse período criaram-se as condições macroeconômicas para o sucesso do plano de estabilização monetária do Governo Fernando Henrique Cardoso e para a consolidação do processo de reestruturação do capitalismo no Brasil (MATTOSO, 1995).

Assim, com a implantação do Plano Real, em 1994, no início do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, as transformações neoliberais foram aprofundadas através da intensificação da abertura comercial e financeira e da reforma do Estado, representada pelas privatizações, concessões públicas ao capital privado e pelas reformas institucionais, tais como a Reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa, assim como uma política de sobrevalorização cambial e de altas taxas de juros para atrair o capital financeiro (MATTOSO, 2000).

Nesse contexto, observou-se a exacerbação do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, com a “explosão” das taxas de desemprego (sem precedentes na história do país), a precarização das condições e relações de trabalho, mudanças na estrutura do emprego formal, o surgimento de formas precárias de ocupação e o aumento da informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores desempregados, mesmo diante da recuperação do assalariamento formal verificado nos dois últimos anos do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (MELO, 2008).

Com a formação de um governo de base “popular”, comandado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, constituiu-se um conjunto de propostas de investimentos na área social, articuladas a manutenção do controle inflacionário e do plano de estabilização monetária do governo anterior, caracterizando o novo governo como contraditório e ambíguo, apresentando um polo de poder mais ligado a elaboração e aplicação de políticas de cunho social e um polo de poder articulado ao sistema financeiro internacional, promovendo a manutenção da política macroeconômica ditada pelo mercado e pelos institutos financeiros internacionais sediados em Washington e inaugurada pela implementação do Plano Real em 1994 (SOARES, 2004).

No bojo da manutenção dessas políticas macroeconômicas ditadas pelo mercado, permaneceram os problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, com a manutenção de taxas de desemprego elevadas, a informalidade do trabalho para amplas camadas de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, a instabilidade/alta rotatividade da mão-de-obra e a precarização das condições e relações de trabalho.

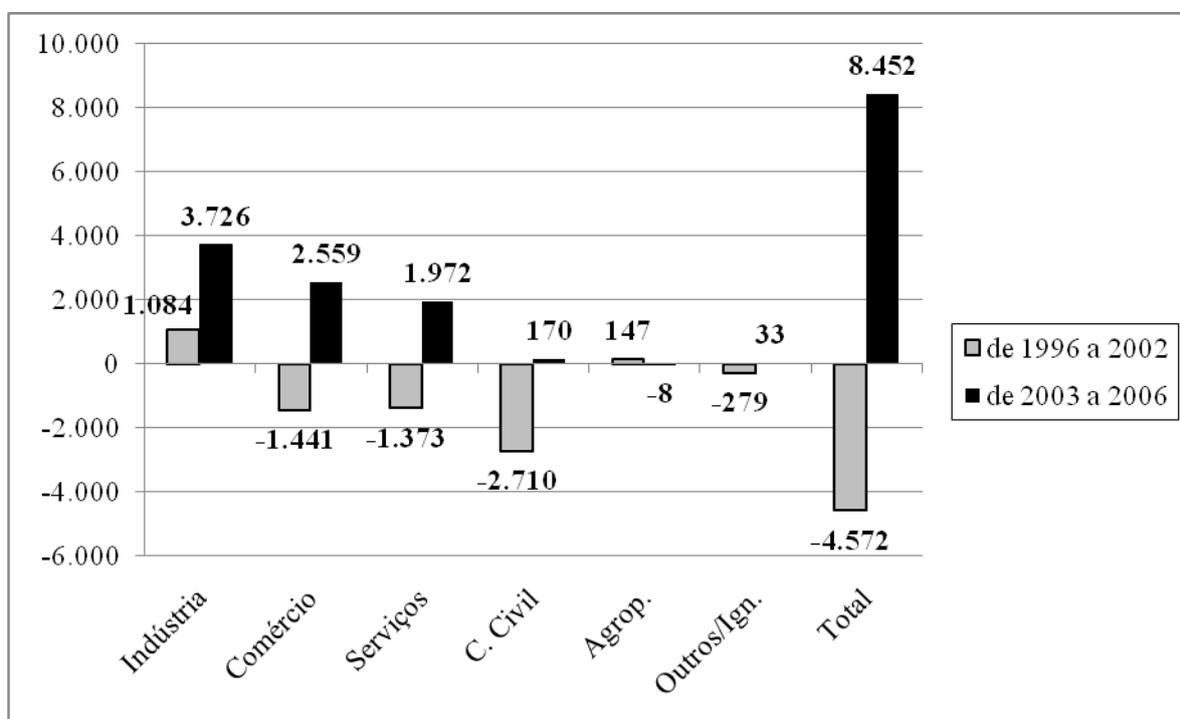
Em suma, a manutenção do processo de desestruturação do mercado de trabalho formal aponta para a precarização das condições e relações de trabalho no Brasil, mesmo com a recuperação do emprego formal dos últimos anos, nos estertores de um governo contraditório e da continuidade da aplicação do receituário neoliberal capitaneado pelo mercado e pelas instituições financeiras internacionais, sob o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Precarização do trabalho na escala local e regional

Na escala local e regional, também se constatou o processo de desestruturação do mercado de trabalho formal, com a eliminação de empregos formais ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 em Presidente Prudente e na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Na escala local, esse processo ocorreu num contexto de fechamento de empresas associadas à industrialização dos derivados de gado bovino e da decadência da produção agrícola, com o consequente esvaziamento produtivo local e regional (DUNDES, 1998), com todos os setores de atividade econômica apresentando redução dos estoques de empregos formais no período de 1996 a 2002, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico I - Presidente Prudente: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996 – 2006.
Elaboração e organização do autor.

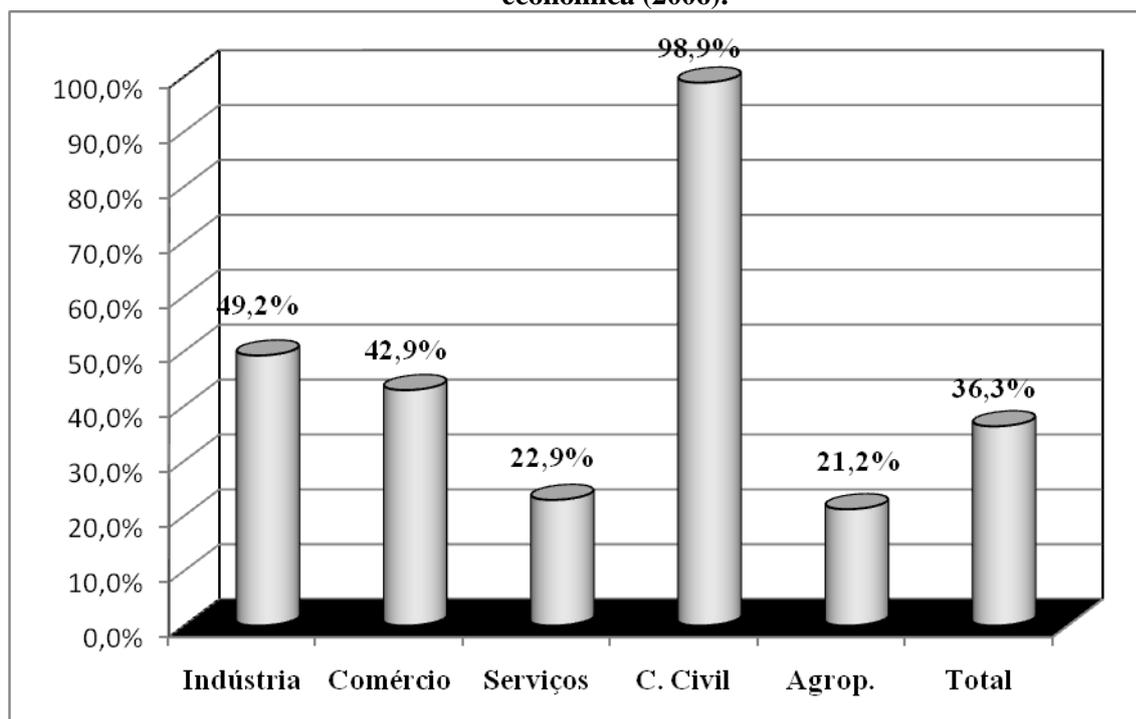
Mesmo com a recuperação do emprego formal entre 2003 e 2006 e com o saldo positivo entre 1996 e 2006, os postos de trabalho criados não foram suficientes para dar cabo da grave crise do emprego formal da década de 1990, devido ao aumento da população estimada e da população economicamente ativa (PEA) no período analisado, segundo dados do IBGE (Contagem da População e Estimativa da População e Censo de 2000), apontando que o desemprego é elevado em Presidente Prudente, com grande parte dos trabalhadores inseridos de forma precária no mercado de trabalho e sobrevivendo através da informalidade e do exercício de atividades sem nenhuma garantia assegurada pela Legislação Trabalhista em vigor no país.

Se de um lado constata-se o grave problema do desemprego, da informalidade do trabalho e da desestruturação das relações de trabalho para quem está excluído do mercado de trabalho formal, por outro lado, observa-se o permanente processo de instabilidade e o

aspecto contingente do trabalho também para quem está empregado, através da alta rotatividade da mão-de-obra empregada, com 36,3% dos trabalhadores trocando de emprego ou sendo aliçados do mercado de trabalho formal a cada 12 meses de atividade profissional.

A construção civil se configura como o setor mais instável da economia, apresentando uma rotatividade de 98,9% em relação ao estoque total do setor em dezembro de 2006, seguida da indústria e do comércio, que apresentaram taxas de rotatividade em torno de 49,2% e 42,9% sobre os estoques dos respectivos setores de atividade econômica em Presidente Prudente, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico II - Presidente Prudente: Rotatividade dos trabalhadores por setores de atividade econômica (2006).



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996–2006.
Elaboração e organização do autor.

Por fim, o processo de desestruturação do mercado de trabalho local, aponta para a concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município, apresentando uma relativa homogeneidade entre as zonas oeste, norte e leste da cidade: recentemente a zona oeste concentra aproximadamente 32,4% dos desempregados, seguida das zonas norte e leste, representando 28,4% e 28,1% dos trabalhadores desempregados de Presidente Prudente.

Os bairros com a maior concentração de desempregados estão situados nos extremos das periferias da zona urbana do município: Ana Jacinta e Jardim Vale do Sol (Zona Oeste), Humberto Salvador, Brasil Novo e Jardim Morada do Sol (Zona Norte) e bairros Parque Furquim, Jardim Brasília, Vila Líder e Parque Alvorada (Zona Leste). No entanto, essa concentração do desemprego nas periferias de Presidente Prudente, deve ser entendida no âmbito do processo histórico de desenvolvimento desigual do capitalismo e seu processo de reestruturação atual, que gera inexoravelmente exclusão social e econômica. Portanto, o desemprego não depende do lugar onde o desempregado vive e se relaciona socialmente, mas

sim do movimento histórico do capital e o atual padrão de desenvolvimento assentado na globalização/mundialização do capital, no neoliberalismo e na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

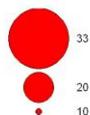
Em síntese, em pouco mais de uma década Presidente Prudente tem se caracterizado pelo contínuo e permanente processo de desestruturação do mercado de trabalho formal, representado pelo elevado número de trabalhadores desempregados, pela instabilidade no emprego, através da alta rotatividade da mão-de-obra nos grandes setores de atividade econômica, pela precariedade das ocupações, dada pela associação brutal entre desemprego elevado, alta rotatividade da mão-de-obra e informalidade do trabalho (o trabalho temporário e por tempo determinado e os “bicos”, tem sido uma marca inexorável dos trabalhadores desempregados, como forma de sobrevivência diante das dificuldades de inserção profissional) e pelo processo de concentração dos trabalhadores nos bairros periféricos do município, como resultado do próprio processo histórico de desenvolvimento desigual do capitalismo e seu movimento atual de reestruturação produtiva e econômica.

Presidente Prudente - SP
Trabalhadores a Procura de Emprego - 2008.



LEGENDA

TRABALHADORES A PROCURA DE EMPREGO



Fonte de dados

Trabalho de campo
(Setembro a Outubro de 2007)

Organizador

Nildo Aparecido Melo

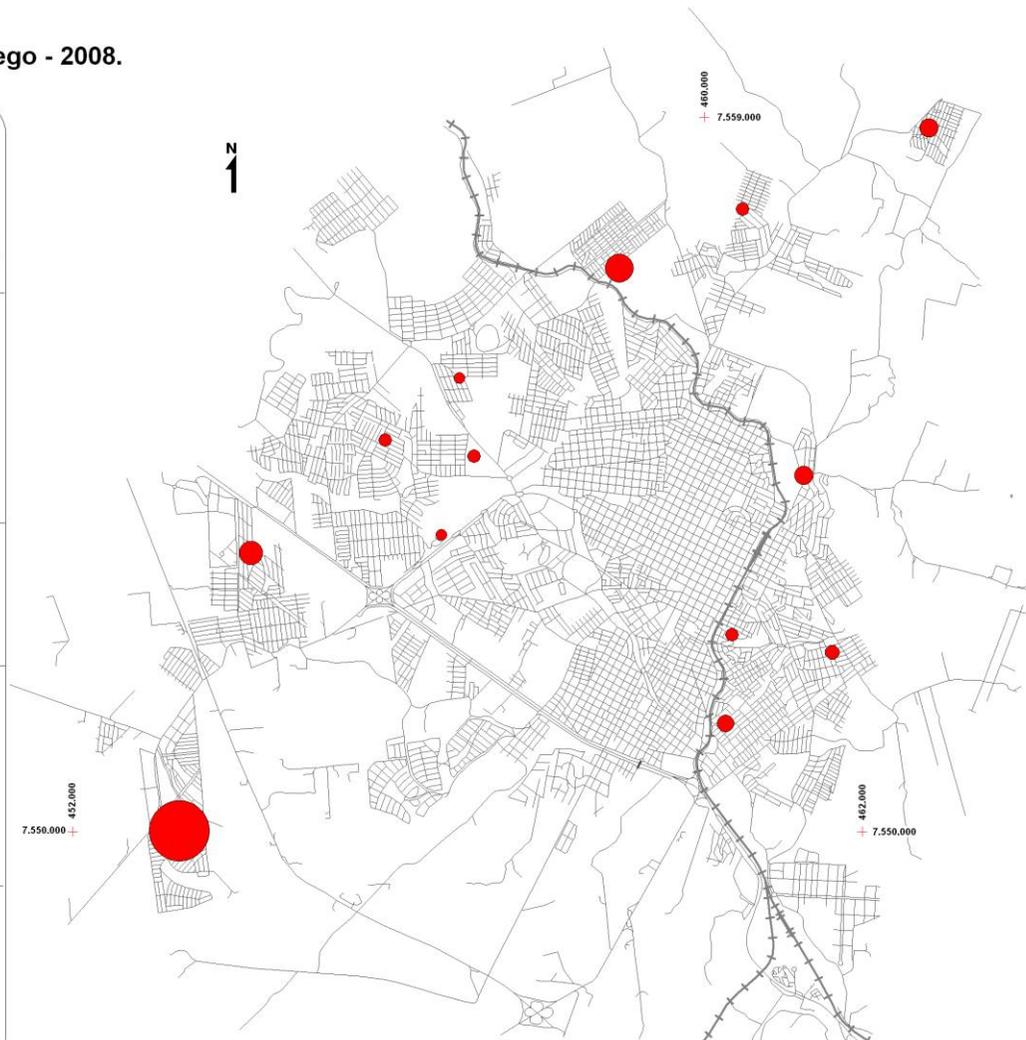
Layout

Vitor Augusto L. Camacho

Escala 1 : 50.000



Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Empreendimentos de economia solidária no enfrentamento do desemprego e da precarização do trabalho local e regional

Nesse contexto de elevado desemprego, de desestruturação do mercado de trabalho formal, de informalidade e precarização do trabalho, a análise dos projetos de economia solidária na escala local e regional, torna-se necessária para a compreensão das políticas públicas de enfrentamento do desemprego e geração de trabalho e renda em Presidente Prudente e em municípios selecionados da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

A compreensão do que vem a ser um empreendimento solidário parte da premissa de que

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

Segundo os estudiosos desses empreendimentos, a economia solidária aponta para uma nova lógica econômica e produtiva, baseada no desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, implicando na contraposição e reversão da lógica capitalista permeada na exploração do trabalho e dos recursos naturais, visando apenas o lucro e a acumulação de capital numa sociedade excludente e tornada mais competitiva ainda diante das transformações estruturais do capitalismo das últimas décadas. Dessa forma, o movimento de reestruturação capitalista fragilizou as relações tradicionais de trabalho, com o aumento da informalidade e da precarização do trabalho, ensejando o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho através da associação e cooperação entre os trabalhadores no combate ao desemprego e como forma de geração de renda e de sobrevivência no capitalismo contemporâneo (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Nos projetos de economia solidária, os associados se unem para produzir solidariamente, com divisão igualitária dos rendimentos, sendo que o objetivo dos mesmos se baseia na promoção “da economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p. 16).

No Brasil, os projetos de economia solidária ganharam destaque com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003 pelo Governo Federal, com o intuito de fomentar e divulgar as iniciativas associativas comunitárias baseadas nas cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo, clubes de troca, entre outras formas solidárias de associação (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Com a articulação e viabilização de tais iniciativas ao longo dos últimos anos, na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, são desenvolvidos 24 projetos de economia solidária, divididos e classificados entre os municípios da região da seguinte maneira.

Tabela I - 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo: Projetos de Economia Solidária por Município - 2010

Municípios	Projetos Desenvolvidos
Pirapozinho	2
Euclides da Cunha Paulista	2
Iepê	1
Mirante do Paranapanema	6
Presidente Bernardes	1
Presidente Prudente	1
Presidente Venceslau	4
Rosana	5
Santo Anastácio	1
Teodoro Sampaio	1
Total	24

Fonte: Brasil/Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - 2010.
Elaboração e organização do autor.

Nesse íterim, cabe a análise aprofundada dos impactos das políticas públicas, relacionadas à economia solidária, no enfrentamento da precarização/desestruturação do mercado de trabalho local e regional (como apontamento da precarização das condições e relações de trabalho) e na geração de trabalho e renda diante do movimento de reestruturação do capitalismo e suas consequências para o mundo do trabalho nas escalas geográficas analisadas.

Para tal finalidade, a delimitação do objeto de pesquisa está permeada pelos seus recortes temático (precarização do trabalho e economia solidária), espacial (Presidente Prudente, municípios selecionados da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo e demais escalas geográficas interconectadas) e temporal (de 1996 a 2011 e outros momentos históricos).

Nesse contexto, a cartografia temática e crítica configuram-se como instrumentos de análise crítica da realidade, com base na denúncia das desigualdades sociais e das contradições do capital sobre o território, para além da neutralidade e da objetividade científica que dominou a história da cartografia ao longo do tempo.

Cartografia temática e modelagem gráfica para o discurso geográfico crítico

Os mapas sempre estiveram associados ao desenvolvimento e consolidação da ciência geográfica, servindo, desde a Antiguidade Clássica, para o propósito de apreensão do espaço e elaboração de estruturas abstratas para representá-lo. Nesse íterim, os mapas sempre registraram o que mais interessava a uma minoria, estando ligados à prática econômica e social, a serviço da dominação e do poder.

Dessa forma, os mapas representam uma visão de mundo e os interesses sociais e econômicos por trás de um discurso gráfico de representação da realidade, pois,

Os mapas, junto a qualquer cultura, sempre foram, são e serão formas de saber socialmente construído; portanto, uma forma manipulada do saber. São imagens carregadas de julgamento de valor. Não há nada de inerte em seus registros (HARLEY, 1988, p. 12).

A cartografia apresentou grande avanço com a expansão das relações capitalistas de produção entre os séculos XIV e XVI, com a necessidade de orientação e localização geográfica, no bojo do aumento do comércio de mercadorias entre o Ocidente e o Oriente com o advento das grandes navegações e dos descobrimentos, configurando-se os mapas “como armas do imperialismo, promovendo-se a política colonial” (MARTINELLI, 2005, p. 02).

No entanto, o aprimoramento da cartografia está associado à consolidação e institucionalização da Geografia como disciplina científica, no século XIX, através dos trabalhos de Humboldt e Ritter, com o desenvolvimento de uma geografia da natureza e de uma geografia regional e antropocêntrica, respectivamente.

Com a análise das influências das condições naturais sobre a humanidade, levadas a cabo por Ratzel, no contexto do expansionismo do Estado Alemão recém estruturado, os mapas passaram a ser vistos como possibilidades de participarem “nos estudos da formação dos territórios, da difusão dos homens – as migrações, as colonizações – da distribuição dos povos, incluindo também estudos monográficos das áreas habitadas” (MARTINELLI, 2005, p. 03).

Outro exemplo de uso dos mapas para fins de dominação e de afirmação do expansionismo colonial pode ser vislumbrado nas análises de Vidal de La Blache, centradas nas possibilidades de ação humana sobre a natureza na perspectiva da paisagem, engendrando o surgimento de uma geografia regional, através da delimitação de áreas dotadas de certa individualidade, isto é, o desenvolvimento do próprio conceito de região.

Nessa proposta de uma Geografia Regional, observa-se a ampliação da aplicação da estatística, da estatística gráfica e da cartografia temática quantitativa, com “a conclusão das pesquisas geográficas, em geral, constituídas por uma coletânea de mapas temáticos, cada um resumindo um capítulo. Na superposição destes, encontrar-se-ia a síntese, que espelharia a dinâmica da vida regional, dando assim, uma visão global da realidade” (MORES, 2003, p. 78).

Se a cartografia e os mapas serviram de suporte para a consolidação das relações capitalistas de produção em um momento histórico determinado e consubstanciado na acumulação primitiva de capital sob o prisma do expansionismo colonial, a ciência cartográfica também serviu como instrumento de dominação burguesa no movimento de renovação da geografia, desencadeado na década de 1950 e consolidado na década de 1970, com o advento da Geografia Pragmática e da Geografia Crítica.

Nesse contexto, os mapas passaram a ser utilizados sob uma perspectiva utilitarista, ganhando “status de modelos, analíticos ou sintéticos, principalmente na sua vertente pragmática” (MARTINELLI, 2005, p. 08), participando e informando a ação do planejamento tecnicista, descrevendo as regiões e apenas mostrando suas formas e funcionalidades. A quantificação e o tratamento matemático dos dados permeavam os trabalhos e análises da Geografia Quantitativa, refletindo em novas modalidades de representação cartográfica, legitimando um saber que orientaria a expansão capitalista sobre territórios e regiões do globo terrestre neste momento histórico.

Esses exemplos de utilização da cartografia associada ao conhecimento geográfico para fins de dominação e de consolidação/afirmação das relações capitalistas de produção remetem para a confirmação anterior de que os mapas carregam uma visão de mundo e refletem interesses e discursos nas entrelinhas da representação gráfica da realidade estudada e analisada, o que levará a uma crítica das correntes tradicional e pragmática dentro do movimento de renovação da geografia, tendo como expressão o questionamento do uso do mapa como instrumental de dominação econômica e social do capital sobre o território.

Tal crítica será levada a cabo pela corrente Crítica da Geografia dentro do movimento de renovação do pensamento geográfico, baseada no materialismo histórico e dialético como

método de análise e na crítica das correntes Tradicional e Pragmática pelo tratamento estatístico dos dados, pelo uso do computador, do sensoriamento remoto e do mapeamento automático, além do empirismo exacerbado e da despolitização do discurso geográfico pela utilização desenfreada das técnicas.

A obra de Lacoste é considerada a precursora na crítica ao pensamento geográfico no movimento de renovação da geografia. O autor parte do princípio de que o conhecimento geográfico é dominado pelas empresas e pelo Estado e que a consciência dessa dominação é fundamental para a libertação da sociedade, através do ensino desse caráter estratégico da Geografia nas escolas (LACOSTE, 1985). A ligação entre Geografia e poder se dá fundamentalmente pelo uso do mapa, isto é, “mapas, poder e estratégia são elementos principais no discurso de Lacoste” (GIRARDI, 2008, p. 57).

Dessa forma, os mapas foram confundidos com o exercício do poder e negligenciados pelos geógrafos da corrente crítica, sendo que esse “posicionamento da corrente crítica frente ao mapa não é positivo ao desenvolvimento da Geografia e é uma crítica possível à Geografia Crítica” (GIRARDI, 2008, p. 53).

Os mapas deveriam ter um compromisso social, demonstrando as desigualdades sociais e as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, como o uso do mapa para a compreensão da evolução e da dinâmica do mercado de trabalho na escala local e regional, demonstrado anteriormente, que procura compreender a distribuição geográfica dos trabalhadores desempregados no município de Presidente Prudente e as relações com a exclusão social e espacial. Nesse sentido, na busca do mapa como instrumental de denúncia das desigualdades e contradições sociais, Girardi (2008), propõe uma Cartografia Geográfica Crítica para a Análise Crítica do Discurso Geográfico.

Vale ressaltar a distinção conceitual entre a Cartografia Sistemática e a Cartografia Temática ou Geográfica nesse processo de desconstrução política do mapa e do seu uso como instrumento de crítica social no pensamento geográfico atual.

Segundo Archela (2000, p. 01), com base na definição da Associação Cartográfica Internacional, cartografia “pode ser considerada como a disciplina que trata da concepção, produção, disseminação e estudo de mapas”, ou seja, o espaço para a Cartografia é tido como fonte de informações para o desenvolvimento do seu objetivo de estudo: mapa como um fim em si mesmo. Diferente da concepção do espaço para a geografia, que o considera como o elemento central de análise e o seu mapeamento é parte do processo investigativo e do discurso da realidade estudada: mapa como um meio para a elaboração do discurso geográfico.

Para Joly (1990), a cartografia é a arte de conceber, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas. Já para Taylor (1994), a cartografia é a disciplina que trata da organização, apresentação, comunicação e utilização da geoinformação nas formas gráfica, digital ou tátil incluindo todos os processos, desde o tratamento dos dados até o uso final na criação de mapas e produtos relacionados com a informação espacial. Entre outras formas de definição da cartografia, expressando as várias posturas teóricas e metodológicas na diferenciação conceitual desse ramo do conhecimento.

No que tange a diferenciação entre Cartografia Sistemática e Temática, a autora distingue entre vários autores e diferenciações para ambas, a que define a Cartografia de Base ou Sistemática como a ciência responsável pela representação genérica da superfície tridimensional da Terra no plano, sendo que essa forma de mapeamento utiliza,

(...) convenções e escalas padrão, contemplando à execução dos mapeamentos básicos que buscam o equilíbrio da representação altimétrica e planimétrica dos acidentes naturais e culturais, visando a melhor percepção das feições gerais da superfície representada. Sua preocupação central está

na localização precisa dos fatos, na implantação e manutenção das redes de apoio geodésico, na execução e na elaboração e atualização dos mapeamentos básicos. (ARCHELA, 2000, p. 02).

Com relação à Cartografia Temática ou Geográfica, a autora a define “como um instrumento de expressão dos resultados adquiridos pela Geografia e pelas demais ciências que têm necessidade de se expressar na forma gráfica” (ARCHELA, 2000, p. 03), ou seja, a representação e interpretação das informações sobre uma carta base, importando-se mais com os conteúdos do que com a precisão dos contornos e medições cartesianas do terreno representado cartograficamente. Para Joly (1990), a cartografia temática trata de outros assuntos, além da simples representação do terreno ou da base cartográfica, podendo ser utilizada para a representação de aspectos da realidade associados à elaboração do discurso geográfico crítico.

No movimento de questionamento do mapa como instrumento de dominação de classe e do exercício do poder, além da necessidade da utilização dos mapas para a crítica social, sobressai-se o nome de J. Brian Harley (1989), que a partir da década de 1990, propôs uma releitura da cartografia, permeada por uma visão do mapa como construção social. Com base em Derrida e Foucault, o autor emprega a “desconstrução” do mapa, da sua natureza textual e retórica.

Nesse sentido, o objetivo de Harley (1989), com a desconstrução do mapa, “era romper a ligação entre realidade e representação que tem dominado o pensamento cartográfico [sugerindo] uma epistemologia alternativa, baseada mais na teoria social do que no positivismo científico” (p. 02), isto é, o questionamento da aparente neutralidade e objetividade científica dos mapas, apresentando um modo alternativo de entender o mundo, tomando como base a teoria social e o pensamento pós-moderno.

Harley (1989) estrutura seu pensamento tendo como fundamento teórico e analítico, as ideias de Derrida e Foucault para a elaboração da crítica da cartografia como instrumento do capitalismo em seu processo de expansão e acumulação de mais-valia. De Foucault, utiliza a teoria da onipresença do poder permeando também todo o processo de conhecimento, ou seja, os mapas não seriam neutros, mas trariam implícitos uma visão de mundo determinada e interesses políticos e econômicos, por trás da representação gráfica da realidade.

De Derrida, o autor utiliza a noção de que há retórica em todos os textos e de que os mapas devem ser considerados como textos, levando-se em conta que não é a presença de elementos linguísticos e de signos que determinam o caráter textual, mas sim sua construção social. Os mapas são apresentados como construções sociais e como textos, sendo necessário enxergar metáforas e retóricas nos mesmos, para além das medidas e topografias. A desconstrução do mapa deve levar o leitor a

(...) ler nas entrelinhas do mapa – nas margens do texto – e, através de suas figurações, a descobrir os silêncios e as contradições que desafiam a aparente honestidade da imagem. Começamos a aprender que os fatos cartográficos somente são os fatos dentro de uma perspectiva cultural específica. Começamos a entender como os mapas, assim como a arte, longe de ser uma abertura transparente para o mundo, são, no entanto, uma maneira particular do homem olhar o mundo (HARLEY, 1989, p. 03).

Portanto, a apresentação dos mapas como textos culturais, que expressam intenções e interesses políticos, econômicos e ideológicos, para além da neutralidade e objetividade científica que permeou toda a história da cartografia, com os mapas podendo conter contradições imperceptíveis ou tensões dúbias. Nesse sentido, a desconstrução apresenta-se como uma ação de reescrever e (re)significar eventos e objetos contidos nos mapas,

possibilitando a compreensão dos interesses por trás da representação gráfica da realidade e da crítica social da cartografia, através da denúncia das desigualdades e contradições sociais.

A desconstrução do mapa levada a cabo por Harley (1989) passou a ser considerada a base da abordagem crítica da cartografia, principalmente por Crampton e Krygier (2006). Segundo os autores, “as proposições sobre o caráter discursivo, retórico e da subjetividade do mapa não devem ser compreendidos como argumentos para não utilizá-lo, mas ao contrário, são reforçadores de sua eficácia para a análise baseada na teoria social crítica” (CRAMPTON; KRYGIER, 2006, p. 16), ou seja, a elaboração do mapa não é exclusiva do positivismo científico, mas depende da visão de mundo e do método de análise do autor, sendo útil para todas as correntes teóricas da Geografia.

Em suma, o mapa apresentado como instrumento de poder político, através do apelo da imagem graficamente representada. Mapas como escolhas técnicas do que e como representar, bem como o que não representar, de acordo com os interesses e a prática política e social do mapeador/pesquisador (BLACK, 1997). Segundo Girardi (2008), “a leitura desconstrucionista do mapa é um instrumento indispensável na elaboração do conhecimento geográfico e permite relacioná-lo diretamente aos fundamentos da Geografia Crítica” (p. 60), configurando-se como mais uma forma de compreensão e discussão das desigualdades socioespaciais e a práxis política de tentar transformá-la pela redefinição territorial e espacial da realidade.

Com o objetivo de compreender as relações entre precarização do trabalho e economia solidária na escala local e regional, tendo como referencial a “desconstrução” do discurso político sobre a superação da problemática do desemprego pela transformação do mercado de trabalho formal dos últimos anos e o método materialista histórico e dialético de investigação científica, a cartografia temática e os fundamentos da crítica social e pós-moderna dos mapas como instrumentos de dominação de classe, são fundamentais para a análise das desigualdades sociais e das contradições do capital na distribuição geográfica dos trabalhadores desempregados de Presidente Prudente.

Dessa forma, o mapa dos trabalhadores a procura de emprego, apresentado anteriormente, demonstra não apenas a localização e a distribuição geográfica dos mesmos no município de Presidente Prudente, por bairro e por zonas da cidade, mas apreende o significado dessa distribuição geográfica, articulando as informações geográficas com a periferização do desemprego, através do mapa coroplético: os trabalhadores estão concentrados nos extremos da periferia do município, sendo possível traçar uma tendência, com uma progressividade negativa que vai do centro (praticamente zero de desemprego) para as periferias norte, leste e oeste do município.

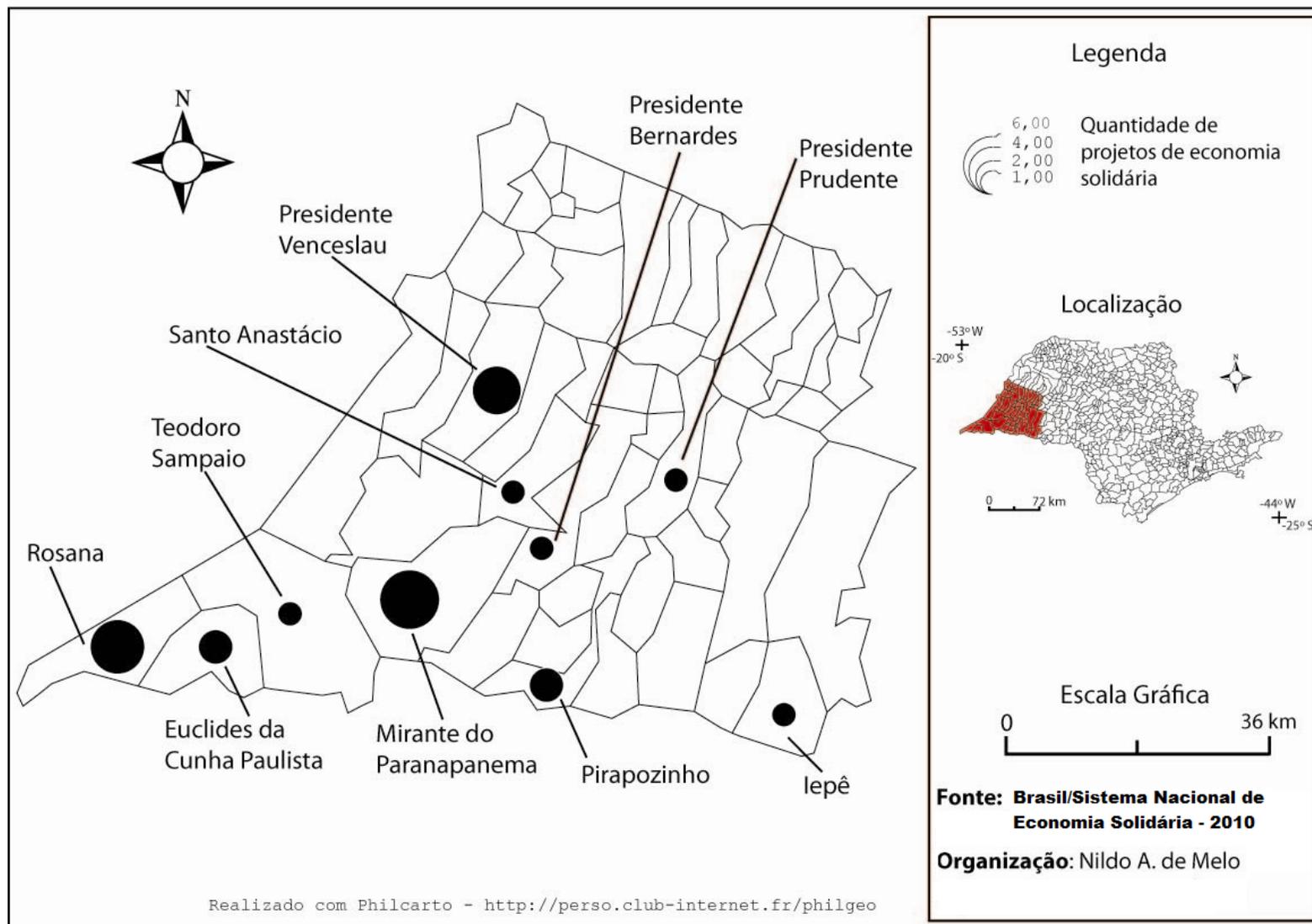
Com essas considerações, torna-se possível concluir que a exclusão do mercado de trabalho formal, leva inevitavelmente a exclusão socioespacial, articulando o processo de mapeamento da realidade com a denúncia da desigualdade social e espacial através do desemprego e da precarização do trabalho e com a possibilidade de formulação de políticas públicas de enfrentamento dessa problemática por bairros e por zonas do município, além da elaboração de um discurso político e ideológico de luta e resistência contra as contradições do capitalismo em seu processo excludente de reestruturação neste início de século XXI.

No que tange aos Projetos de Economia Solidária, desenvolvidos na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, a cartografia temática e crítica apresentam-se como instrumentos imprescindíveis de análise crítica da realidade, com base nas relações e na determinação do desemprego ou da insuficiente geração de empregos formais, com a elaboração e desenvolvimento de alternativas de geração de renda em municípios onde a problemática social apresenta-se de forma mais intensa e excludente.

O mapa da distribuição geográfica desses Projetos de Economia Solidária (apresentado na página a seguir na forma de círculos proporcionais) auxilia no processo de análise crítica

da realidade, sendo, no entanto, insuficiente para uma compreensão mais ampla das relações e das determinações da precarização do trabalho e os Projetos desenvolvidos na escala local e regional. Essa análise será empreendida em consonância com o trabalho de campo, a coleta de informações em torno dessas iniciativas e as relações existentes ou não entre desemprego elevado, precarização do trabalho e economia solidária na escala local e regional.

Projetos de Economia Solidária na escala local e regional



Da mesma forma que a cartografia temática e crítica possibilitam a representação da realidade para além do mapeamento pretensamente neutro e objetivo do positivismo, permitindo a elaboração de um discurso crítico da realidade analisada, através da denúncia das desigualdades e contradições do capital sobre o território, a modelização gráfica ou coremática configura-se como um instrumento de compreensão do espaço geográfico, com base nos fundamentos da cartografia geográfica crítica.

A proposição da modelização gráfica foi elaborada pelo geógrafo francês Roger Brunet na década de 1980, tendo sido aprofundada continuamente por diversos autores ao longo do tempo e utilizada amplamente para a análise espacial da realidade, como um instrumento de comunicação da informação espacial.

Os modelos são figuras geográficas resultantes da análise dos sistemas de forças e da interação entre diferentes atores que produzem o espaço geográfico, isto é, as figuras são “expressão de estruturas elementares pelas quais passa o domínio do espaço” (BRUNET, 2001, p. 195), sendo representações abstratas da realidade que auxiliam no processo de representação, interpretação e compreensão do espaço geográfico.

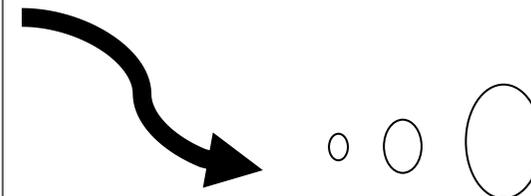
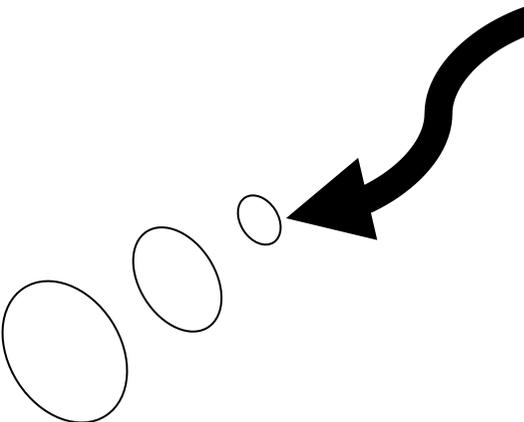
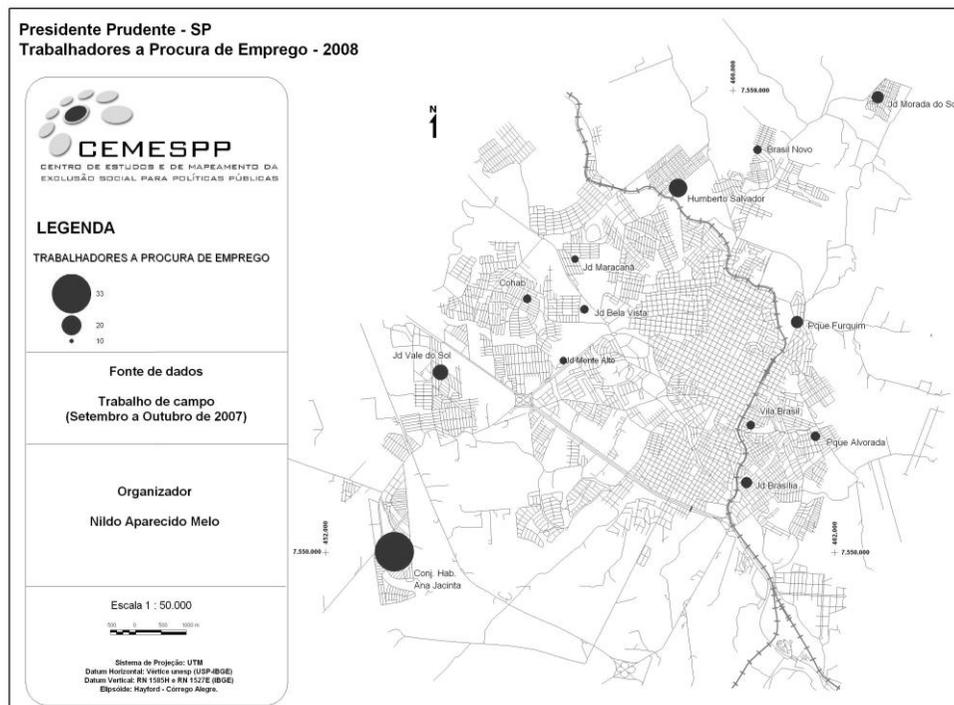
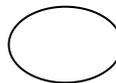
A modelização gráfica da realidade possibilita a identificação e a representação do espaço geográfico, através da abstração de suas formas e estruturas por meio de modelos, sendo necessário para tal finalidade o domínio e a utilização da semiologia gráfica e da visualização cartográfica no processo de elaboração dos modelos gráficos.

Embora tenha recebido críticas com relação à representação da realidade através de figuras geométricas, tais como círculos, triângulos ou quadrados que não correspondem às formas reais dos territórios representados, a modelização configura-se “como a busca das estruturas fundamentais do espaço e das lógicas que deram origem à sua configuração, sendo a escala de trabalho indiferentes nesta abordagem” (GIRARDI, 2008, p. 76). Às críticas referentes às figuras geométricas de representação, Théry (2004), respondeu de forma positiva para a representação dos domínios territoriais brasileiros, mantendo para cada modelo representativo, um mapa correspondente do limite territorial nacional.

Em suma, a modelização gráfica deve ser considerada como mais um instrumento de elaboração do discurso geográfico crítico e de análise da realidade, com os mapas e os modelos não substituindo uns aos outros, mas se complementando nessa intencionalidade e com a modelização constituindo-se como a etapa mais avançada de análise espacial por meio do mapa. Dessa forma, “é com a modelização gráfica que o discurso geográfico sobre o espaço – e isso inclui o discurso crítico – atinge seu auge. Por isso a importância da modelização gráfica para a proposta de uma Cartografia Geográfica Crítica” (GIRARDI, 2008, p. 77).

A utilização da modelização gráfica, possibilitou a elaboração de modelos representativos da realidade do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente, através da análise do mapa dos trabalhadores a procura de emprego em 2008, conforme pode ser observado no mapa/modelo a seguir.

Modelo para o mercado de trabalho local Presidente Prudente - 2008



Dessa forma, as setas representam a direção e a intensidade dos fluxos de trabalhadores a procura de emprego em Presidente Prudente no período analisado, sempre tomando como ponto de partida o centro urbano do município em direção as zonas norte, sul, leste e oeste. A largura de cada seta indica a quantidade e a intensidade desses fluxos: o desemprego é maior na zona oeste, apresenta certa homogeneidade entre as zonas leste e norte e, é praticamente inexistente na zona sul de Presidente Prudente.

No que tange aos quadrados e as cores respectivas, cada um indica o processo de periferização do desemprego no município, com os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal se concentrando nas periferias das zonas urbanas. Para essa representação, as cores mais escuras estão situadas nas extremidades dos quadrados, indicando que a direção, o fluxo e a intensidade do desemprego, parte dos extremos para o centro, representando que os trabalhadores fora do mercado de trabalho formal estão nos extremos das periferias do município, diminuindo de intensidade conforme se aproximam do centro urbano, o que as cores procuram demonstrar nos modelos e nos quadrados representativos.

Tomando como referência os 28 coremas propostos por Brunet (2004), vale ressaltar que esse tipo de representação da realidade da exclusão do mercado de trabalho formal, indica a modelização com base em modelos específicos, que possivelmente representam uma organização espacial única, sendo intransponíveis para outros lugares. Para a confirmação de tal hipótese, somente uma análise comparativa de outras organizações espaciais regionais poderá apontar e confirmar ou não tal premissa, através da articulação de elementos de exclusão social com o desemprego, em consonância e com base no trabalho de campo, na coleta de informações da realidade regional analisada e nas premissas teóricas e metodológicas adotadas, partindo-se do método materialista histórico e dialético e da realidade da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Considerações finais

O movimento de reestruturação capitalista, envolvendo elementos significativos do modelo de desenvolvimento fordista, engendrou um processo de desestruturação/precarização das relações e condições de trabalho, com o aumento do desemprego, a insuficiência na geração de empregos formais, a informalidade do trabalho e a alta rotatividade da mão-de-obra empregada nas escalas geográficas analisadas, com a especificidade da periferização do desemprego na economia local, através da concentração dos trabalhadores a procura de emprego nas periferias do município de Presidente Prudente no período abordado.

A análise dos Empreendimentos de Economia Solidária na escala local e regional, torna-se essencial para a investigação científica das relações e determinações entre desemprego, precarização do trabalho e projetos alternativos de geração de trabalho e renda em municípios selecionados da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, a cartografia temática e a modelização gráfica são fundamentais para a análise crítica da realidade local e regional, para a denúncia das desigualdades e contradições do capital e para a compreensão, representação e interpretação das estruturas elementares que compõem o espaço geográfico e das lógicas que as determinam.

Por fim, a análise crítica do mercado de trabalho formal, através do mapa dos trabalhadores a procura de emprego, em articulação com elementos de exclusão social e espacial na economia local, além do mapeamento dos empreendimentos de economia solidária na escala regional e da modelização gráfica do desemprego em Presidente Prudente, por bairros e por zonas do município, constituem procedimentos metodológicos que visam a

compreensão da realidade e a elaboração do discurso geográfico sobre o desemprego, a precarização do trabalho e a economia solidária em municípios selecionados da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, em consonância com o movimento de reestruturação capitalista neste início de século XXI e o conseqüente processo de precarização das condições e relações de trabalho nas escalas geográficas analisadas.

Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**, In: Pós neoliberalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.
- ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARCHELA, R. S. **Análise da Cartografia Brasileira: bibliografia de Cartografia na Geografia no período de 1935-1997**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BLACK, J. **Maps and politics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
- BRUNET, R. **La carte, mode d’emploi**. Paris, Fayard/Reclus, 1987, 269 .
- BRUNET, R. **Le déchiffrement du Monde**, Belin, 2001, 402 p.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, Luciano. A Terceira revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, p. 69-87, agosto 1992.
- CRAMPTON, J. W. **Maps as social constructions: power, communication and visualization**. Progress in human Geography. v.25, n.2, 2001. p.235-252.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. **An introduction to critical cartography**. ACME - An International Journal for Critical Geographies. v.04, n.1. Okanagan, 2006. p.12-33.

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente/Sp**, Presidente Prudente, FCT/Unesp, 1998, 288 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2008, Tese (Doutorado em Geografia).

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **A dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia).

HARLEY, J. B. **Deconstructing the map**. *Cartographica*. v.26, n.2. Toronto: University of Toronto Press, 1989. p.1-20.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1996.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Campinas: Papirus, 1990.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 7.ed. Campinas: Papirus, 2003 [1985].

LIBAULT, A. **Geocartografia**. São Paulo: EDUSP, 1975.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, n.º 25, NERU, São Paulo, Ano VIII, 1988.

MARTINELLI, M. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

MARTINELLI, M. **Os mapas da Geografia**. In: XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. 2005, Macaé. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, Jorge Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.

MELO, Nildo Aparecido de. **Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente: subsídios para a compreensão da dinâmica regional através do trabalho e do emprego formal**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2008, 221 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

MONMONIER, M. S. **How to lie with maps**. 2.ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 19.ed. São Paulo: Annablume, 2003.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999.

SLOCUM, T. A. **Thematic cartography and visualization.** New Jersey: Prentice-Hall, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2004.

SILVEIRA, Márcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas: impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (orgs). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática.** Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Presidente Prudente e seu contexto de relações. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002.** Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

THÉRY, H. **Brésil, un atlas chorématique,** Paris, Fayard/Reclus, 1986, 88 p.

THÉRY, H. **Modélisation graphique et analyse régionale. Une methode et un exemple,** pp. 135-150, vol. 32, n° 86, Cahiers de géographie du Québec, Québec, 1988.

THÉRY, H. **Modelização gráfica para análise regional: um método.** Revista GEOUSP. n.15. São Paulo, 2004. p.179-188.

WANIEZ, P. Les donneés et le territoire au Brésil. In: **Sociedade, Meio-Ambiente e Território no Brasil.** Paris: IRD, 2002. CD-ROM.

WANIEZ, P. **Philcarto.** Bordeaux, 2008. Disponível em: <<http://philcarto.free.fr/>>.

Endereços eletrônicos

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS e CAGED**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> acesso no período de junho de 2007 a fevereiro de 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**, Disponível em <<http://www.dieese.org.br>> acesso em janeiro de 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Discussões sobre economia solidária**. Disponível em <<http://www.fbes.org.br>> acesso em julho de 2009.

FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** Disponível em <<http://www.seade.sp.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**, Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Informações sobre projetos de economia solidária**. Disponível em <<http://www.sies.mte.gov.br>> acesso em julho de 2009.